# Hacking Governamental e o Estado Brasileiro: De onde partimos e para onde vamos?

# CRIPTO FREVO

Confundir os códigos, corromper a ordem e movimentar a massa

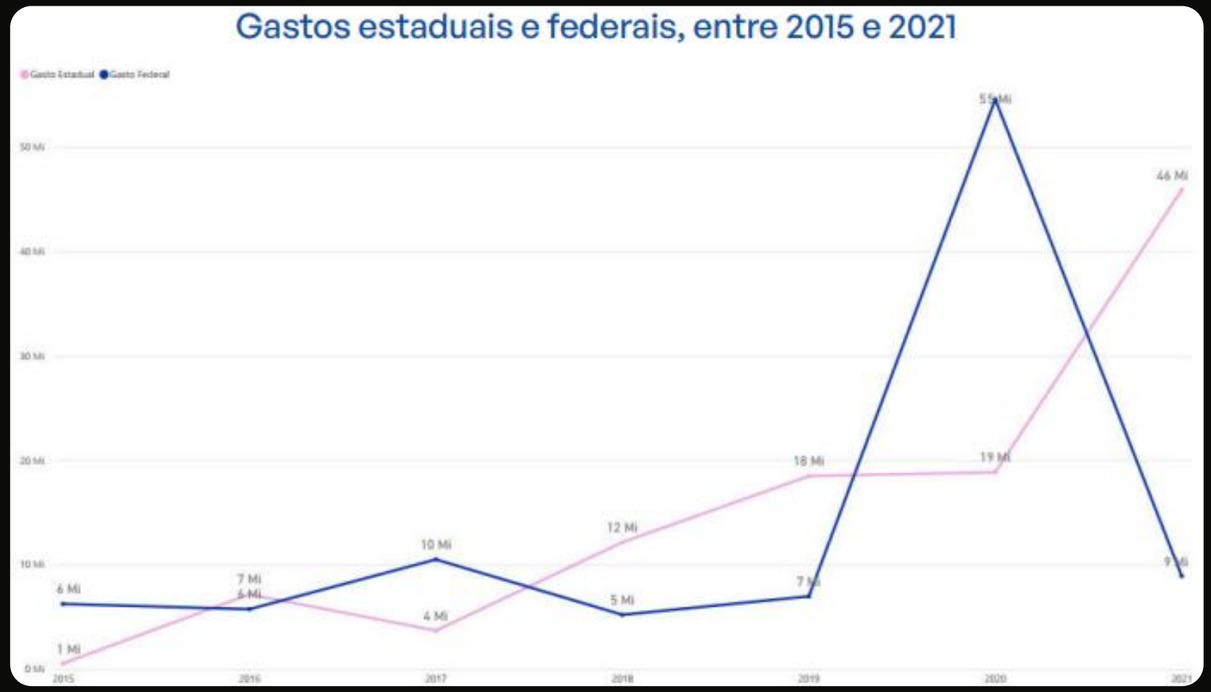
19 de outubro de 2024

# Mercadores da Insegurança

- Estudo sobre a difusão de ferramentas de hacking governamental em nível estadual e federal.
  - **Exploração de vulnerabilidade (intencional ou não)**
  - **Dispositivo em mão (Cellebrite) vs Remoto (Pegasus, FirstMile)**

- Investigação em portais da transparência e pedidos via Lei de Acesso a Informação.

- 209 contratos e um crescimento de gastos de 2015 a 2021.



# Zona cinzenta

- Atuação dentro de vácuo regulatório quanto ao uso de ferramentas de monitoramento remoto

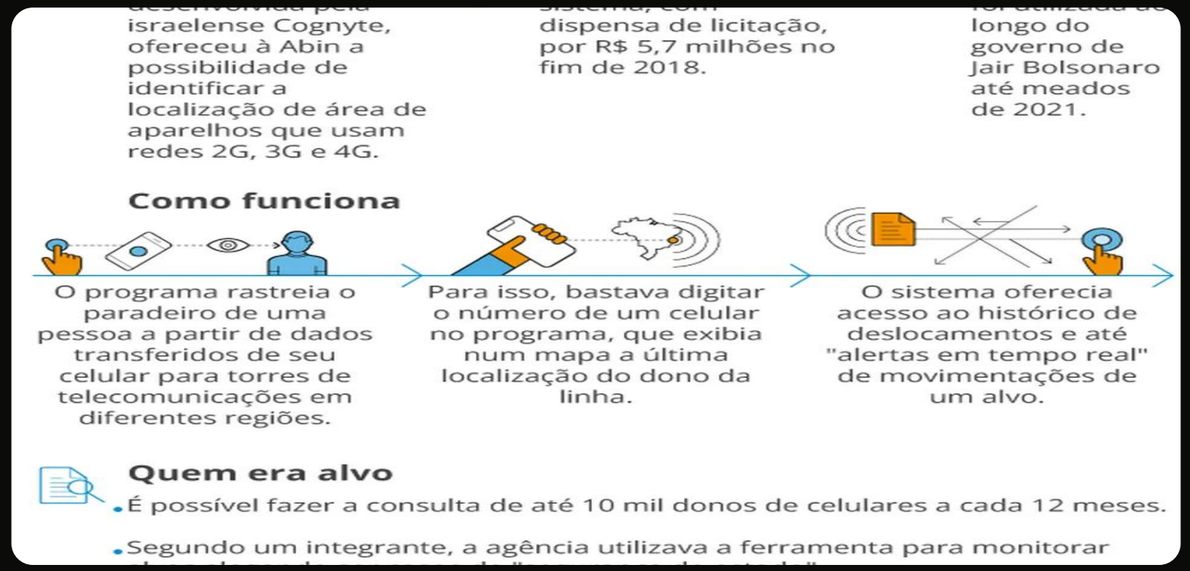
- Vácuo regulatório quanto a PdP segurança pública, defesa nacional e segurança de Estado.

# Projeto Excel

- Projeto criado no governo Bolsonaro para distribuição de ferramentas forenses em troca de dados.


# Caso FirstMile

- Monitoramento realizado pela ABIN por meio da ferramenta desenvolvida pela Cognyte (Verint Systems)



# Uma questão de soberania e Direitos Humanos

- O Estado vem adquirindo ferramentas estrangeiras para investigação forense e monitoramento

- As principais empresas vem de Israel
  - Palestina é campo de teste para ferramentas de vigilância

- Diversas dessas empresas como Verint e Cellebrite estão envolvidas em questão de violações de Direitos Humanos.

Verint Systems supplied South Sudan with surveillance technology says Amnesty

Amnesty International obtained documents that prove tha between March 2015 and February 2017, the South Sudanese government paid the company $762,000 for surveillance equipment that was used to illegally wiretap citizens' phones

Omer Kabir 12:01 02.02.21

TAGS: Verint Systems Surveillance South Sudan Human Rights Amnesty International

# E para onde estamos indo?

# Possível regulação?

- O caso FirstMile levantou a preocupação com o caso de monitoramento remoto ilegal

**ADPF 1143 (ADO 84)**

PGR questiona no STF a ausência de regulação no tema.

Audiência marcada para 10 e 11 de junho.

IP.rec admito enquanto amicus curiae no julgamento.

**PL 402/2024**

PL de autoria do senador Alessandro Viera (MDB/SE)

“Disciplina a utilização de ferramentas de monitoramento remoto de terminais de comunicações pessoais por órgãos e agentes públicos, civis e militares.”

# Ainda no 402/2024

- O PL traz alguns dispositivos significativos de serem mencionados:

**Incide tanto sobre monitoramento remoto (FirstMile) como extração em massa (Cellebrite)**

**Exclusão de dados não necessários à finalidade do monitoramento autorizado.**

Apesar disso, não define bem dispositivos de extração em massa

# E o que podemos fazer em nível prático?

## Atualização de dispositivos

- Manter **todos** os softwares atualizados para corrigir vulnerabilidades dos sistemas


## Utilização de serviços com E2EE

- Aplicativos de mensageira como Signal, de e-mail como Proton, Tutamail. Evitar que terceiros não autorizados acessem

# Links

Mercadores da Insegurança

# Links

CirptoFrevo

# Obrigado